

Agroecologia e educação do campo: meios de promover a permanência do jovem no campo?

Agroecology and rural education: are these means of encouraging youth retention in rural communities?

Fernanda Paula Piran Kusniewski^I, Kátia Aparecida Seganfredo^{II}, Maude Regina De Borba^{III}

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal discutir a realidade de jovens em áreas rurais. Buscou-se analisar as perspectivas desses jovens e sua relação com a produção Agroecológica e a Educação do Campo. Como metodologia foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa. Para coleta dos dados utilizou-se de pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários. O foco do estudo se deu com jovens dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, no município de Rio Bonito do Iguçu, Paraná. No total foram pesquisados 58 jovens distribuídos em diferentes grupos: famílias em sistema de produção Agroecológica (17), Convencional (18) e matriculados em escola do campo (23). O recorte etário aderido nesta pesquisa foi de 13 a 29 anos. Como resultado, não foi possível observar existência de relação entre as perspectivas de permanência dos jovens no campo com os sistemas produtivos adotados e a Educação do Campo. Foi verificado que os principais motivos das migrações dos jovens do campo estão relacionados com a busca por escolarização e emprego. A Agroecologia e a Educação do Campo ainda enfrentam inúmeros desafios do ponto de vista teórico e prático.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Educação; Êxodo; Juventude e Trabalho

ABSTRACT

This research aims to discuss the reality of young people in rural areas. The focus lied on the perspectives of youngsters living in rural areas and their respective relationship with an Agroecological Production and Rural Education. The analysis was performed by a qualitative-quantitative approach with data provided by a field survey through semi-structured interviews and questionnaires. The study was based on youngsters living the rural settlements of Marcos Freire and Ireno Alves dos Santos, in the city of Rio Bonito do Iguçu, Paraná state (Brazil). A total of 58 juveniles were surveyed, being split into three different groups: families engaged in an Agroecological Production system (17), in a Conventional system (18), and those juveniles who are enrolled in a rural school (23). The age range in this study was between 13 and 29 years. As a result, no relationships were observed between the

^IUniversidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras Do Sul E-mail: fernandapiran92@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9525-7412>

^{II}Universidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras Do Sul E-mail: katia.seganfredo@uffs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5084-5883>

^{III}Universidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras Do Sul E-mail: maude.borba@uffs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6019-4391>



perspectives of remaining in the field by youngsters in a given production system and their participation in Rural Education. The main reasons for the migrations of young people from countryside arose from the search for schooling and employment. Lastly, both an Agroecological Production system and Rural Education still face numerous challenges from a theoretical and practical point of view.

Keywords: Rural settlements; Education; Rural exodus; Youth and Work

1. INTRODUÇÃO

O êxodo rural tem se tornado uma problemática em diversas regiões do planeta, aumentando cada vez mais a preocupação dos governos com as ondas migratórias que vem se intensificando nos últimos anos (GIRARDI, 2008). Como consequência, além da redução no número de famílias que vivem no campo, têm-se o envelhecimento e masculinização da população rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998; SILVESTRO et al., 2001). No geral, apesar das características de cada região, existem dois principais fatores que influenciam neste processo, o de atração das cidades e o de expulsão do campo. O primeiro diz respeito ao mercado de trabalho urbano em expansão, já o fator de expulsão está relacionado com a redução da necessidade de trabalho humano em consequência da substituição da mão-de-obra pela mecanização agrícola (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009).

No Brasil, apesar da agricultura de base familiar ser a principal responsável pela maior parte da produção de alimentos consumidos pela população (DOTTO, 2011), há pouquíssima valorização deste setor. Atualmente, o país apresenta um sistema agrícola principalmente voltado ao modelo capitalista de produção, sendo alicerçado na utilização intensiva de insumos, mecanização e melhoramento genético, pressupondo maiores rendimentos das culturas (DELGADO, 2012). A agricultura baseia-se na geração de commodities (soja, cana de açúcar, café, dentre outras) e, a partir desta perspectiva, outros elementos cruciais são deixados de lado. Não se discute a produção interna, os danos ambientais (como o desmatamento, erosão, poluição dos solos e da água e perda da biodiversidade) ocasionados pelo modelo dominante, o esvaziamento do

campo, a concentração de terra, entre outros. Estes problemas se intensificaram e tornaram-se mais visíveis a partir da Revolução Verde, iniciada na década de 60, que a princípio manifestava uma proposta atraente, visando o aumento de produtividade e a grande promessa de resolução das questões sociais do campo, mas que acabou disseminando diversos problemas sociais e ambientais, mostrando-se extremamente desigual em termos de distribuição (ALTIERI, 2004; NUNES, 2016).

Como consequência, as desigualdades entre os produtores tornaram-se cada vez maiores, com elevada concentração de terras e renda nas mãos de poucos, sendo expulsos das propriedades os agricultores que não conseguiram se adaptar a este novo modelo de desenvolvimento, resultando em grande onda de êxodo do campo para a cidade (BALSAN, 2006).

Devido à baixa remuneração das atividades agrícolas e a carência de políticas públicas para o campo, muitos produtores rurais são atraídos aos centros urbanos pelas indústrias, pelo desejo de remuneração mensal e melhor qualidade de vida. Diante destes fatos, sobretudo a partir da década de 1970, intensificaram-se os problemas de diminuição das populações que vivem no campo e de aumento demográfico nas zonas urbanas (GIRARDI, 2008).

No Estado do Paraná não foi diferente, Priori (2012) destaca:

A modernização agrícola no Estado do Paraná foi acompanhada de mudanças que historicamente ocorrem na instalação da base técnica ao campo, como problemas sociais, dentre eles, o êxodo rural, a concentração fundiária a partir dos anos de 1970 e o desemprego no campo (PRIORI, 2012, p. 115).

A partir de toda esta discussão, percebe-se que o campo brasileiro passou por um processo de modernização desigual, onde concentrou riquezas em regiões e nas mãos de poucos produtores (LOPES, 2002). Assim, devido ao fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento e as suas limitações, urge a necessidade de refletir sobre formas alternativas de desenvolvimento (ALTIERI, 2004). Neste sentido, a Agroecologia e a Educação do Campo são vislumbradas

como meios de possibilitar às populações do campo alguns de seus direitos que por muito tempo foram negligenciados, conforme salientado por Rossi (2015):

Durante décadas, a agricultura convencional tem negado a natureza, sendo a agroecologia, por sua vez, a afirmação da vida, por isso é a negação da negação. O mesmo se pode dizer da educação no espaço agrário, pois as elites sempre negaram o campo como um local de vida e, agora, por meio da educação do campo, essa visão é negada e, mais do que nunca, o campo é afirmado como local de saber, cultura, vida e trabalho (ROSSI, 2015, p. 172).

Desse modo, em contrapartida ao modelo de agricultura vigente, surge a Agroecologia, que tem por princípio a valorização dos conhecimentos tradicionais oriundos dos agricultores. No entanto, busca nutrir-se também dos conhecimentos que já foram acumulados historicamente pelos homens (GLIESSMAN, 2008). Este autor salienta ainda que, ao se defender uma agricultura sustentável e produtiva, não se pode simplesmente abandonar todas as práticas convencionais e retornar ao passado com práticas ditas tradicionais, o que se busca nesta abordagem é uma integração de conhecimentos, ou seja, que se explorem conhecimentos ecológicos modernos, ao mesmo tempo em que valoriza conhecimentos empíricos dos agricultores tradicionais (GLIESSMAN, 2008). Nesse sentido, entende-se que a Agroecologia ainda está num processo de construção, sendo o elo integrador entre os diferentes conhecimentos.

Esta nova maneira de se fazer ciência tem uma forte natureza social, apoia-se na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil que buscam novas alternativas de manejo dos recursos naturais, desse modo, pode-se dizer que também é sociológica (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 18).

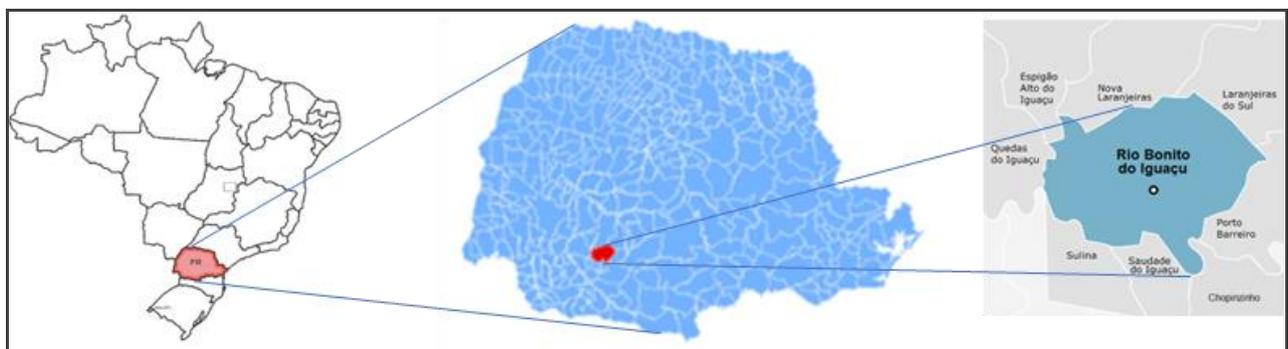
Assim como a Agroecologia, que tem por princípio a valorização do conhecimento oriundo dos agricultores, a Educação do Campo busca a partir das especificidades dos povos do campo uma ressignificação das práticas pedagógicas. Isso quer dizer que a educação deve ser Do e No campo, assim sendo, que valorize as peculiaridades inerentes a este espaço (Do) sem deixar à parte os conhecimentos construídos historicamente. Caldart (2002, p. 18) ressalta que a educação destas populações deve ser no e do campo, “No: o povo tem o

direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais". Para tanto, os educandos devem permanecer no campo, a fim de que a experiência educativa seja significativa e faça sentido aos mesmos, ao invés de ser apartada da realidade destes. Isto é, a educação deve permitir a aproximação com a realidade vivida por estes sujeitos. No entanto, percebe-se que os jovens brasileiros não estão ficando no campo, sendo um processo muito comum atualmente o êxodo rural das populações jovens do campo para os centros urbanos, processo que atinge este público com muito mais ênfase do que antes (TROIAN, DALCIN e OLIVEIRA, 2009).

Tendo por base esta discussão, objetiva-se com o presente estudo analisar as perspectivas de permanência do jovem no campo e sua relação com a produção Agroecológica e a Educação do Campo nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná (Figura 1).

Desse modo, após esta breve introdução, segue a revisão de literatura, a qual inicialmente aborda a categoria juventude rural e como esta é construída a partir da concepção de diversos autores. Posteriormente, é oferecida uma breve discussão teórica sobre a Agroecologia e a Educação do campo, levantando as principais concepções sobre as mesmas. Ainda, fundamentada nesta discussão, é realizada a apresentação e análise dos principais dados coletados durante a pesquisa e, para finalizar, as considerações finais.

Figura 1 -Localização do município de Rio Bonito do Iguaçu, PR.



Fonte: Adaptado de IPARDES (2018)

2. A CATEGORIA JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Não há uniformidade internacional que defina a categoria jovem a partir de uma faixa etária. Neste sentido, Abramovay et al. (1998) colocam que não existe uma **delimitação** universalmente aceita para os limites de idade em que se situa a juventude. Nas diferentes partes do mundo, há inúmeras variações quanto a faixa etária desta categoria, bem como, os diversos órgãos nacionais e internacionais também apresentam definições próprias quanto a este grupo. Por exemplo, enquanto no Quênia o universo jovem inicia-se a partir dos 8 anos de idade, em Botswana o período vai de 10 a 22 anos, já na Colômbia situa-se entre 16 e 28 anos (ABRAMOVAY et al., 1998). No Brasil, de acordo com a Lei no 12.852/2013 que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013).

Porém, na sociedade moderna este período pode alongar-se, sendo tolerados espaços de tempo e compassos bastante diferentes de acordo com os contextos e trajetórias sociais de cada indivíduo (LÉON, 2005). Inclusive, o autor destaca que este período pode se ampliar para baixo ou para cima, sendo capaz de avançar entre uma faixa máxima desde os 12 aos 35 anos. Desse modo, Abramovay et al. (1998) salientam que, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), quando se trata de jovem rural a idade pode avançar até 29 anos. Em se tratando de jovens do meio rural, as categorias de análise ficam mais complexas ainda, podendo ser considerados como “juventude rural, jovem rural, jovem agricultor e camponês” (CASTRO, 2005b, p. 01).

Weisheimer (2005) efetuou uma investigação quanto a trabalhos publicados sobre o jovem no meio rural durante os anos de 1990 a 2004 e verificou limitada produção acadêmica sobre o tema, constatando que a “migração e a invisibilidade” são assuntos mais ponderados nos estudos. Assim como Weisheimer (2005), Castro (2009, p. 182) destaca que a juventude rural no Brasil é frequentemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”.

O estabelecimento desta categoria em movimentos sociais e organizações da juventude em geral indicam um processo de constituição de um ator político. Sendo isto ainda muito recente e, considerando a construção deste ator político, Castro (2005b, p. 14) destaca que a “Juventude rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude”. Kummer e Colognese (2013) compreendem o jovem rural como aquele que não apenas vive no meio rural, mas que participa e vivencia a unidade produtiva de natureza familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se conecta com um modo ser específico, atrelado a uma realidade em que a vida e o mundo do trabalho se incorporam e se confundem. Assim, quando se refere ao jovem do campo, Léon (2005) enfatiza:

Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Por esta razão, não se pode estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os setores e todas as épocas [...] (LÉON, 2005, p. 13).

Assim, Kummer e Colognese (2013) realçam ser difícil definir pontualmente o início e término da juventude. Nesse sentido, destacam:

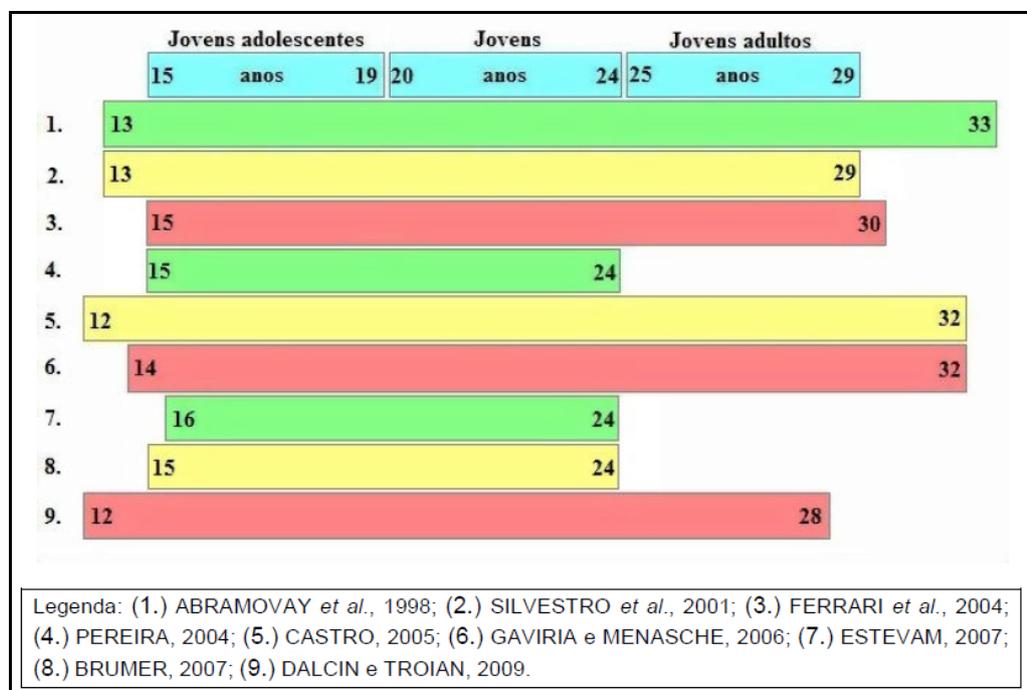
Estabelecer, portanto, uma baliza cronológica torna-se complexo na medida em que os seres humanos não seguem um mesmo desenvolvimento cognitivo, social ou cultural, muito menos têm uma idade específica para assumirem “compromissos” sociais tidos como adultos (KUMMER e COLOGNESE, 2013, p. 205).

Muito confusos nas reflexões científicas, os vocábulos jovens e juventude não podem ser reduzidos apenas a palavras que conceituam (CASTRO, 2005; GAVIRIA e MENASHE, 2006). Para Wanderley (2007) a juventude pode equivaler a um período no ciclo de vida, pontuado pela transição entre a infância e a vida adulta. Destaca que o limite desta etapa da vida é geralmente impreciso, podendo referir-se ao término dos estudos, e início da vida profissional, ocasionando a partida da casa dos pais ou a constituição de um novo núcleo familiar, ou, segundo a autora, constituir-se de apenas uma faixa etária.

Outros autores também enquadram esta faixa etária como uma categoria em fase de transição da vida infantil para a adulta (DALCIN e TROIAN, 2009; GAVIRIA e MENASCHE, 2006; WEISHEIMER, 2005). Assim como Wanderley (2007), Weisheimer (2005) destaca que as categorias jovens e juventude também podem ser definidos como um simples recorte etário. Neste mesmo sentido, Castro (2009, p. 185), aponta, assim como os autores acima citados a “juventude como um período de transição para a vida adulta”.

Para demonstrar que há uma enorme dificuldade em se adotar um critério exclusivo para a delimitação desta categoria. Dotto (2011) elencou as três faixas etárias do que se entende ser o período de transição dessa categoria social definido por Weisheimer (2009), que são: os “jovens adolescentes”, os “jovens” e os “jovens adultos” e cruzou com diferentes pesquisas sobre os jovens no Brasil (Figura 2).

Figura 2 – Cruzamento das faixas etárias definidas por Weisheimer (2009) e outras pesquisas sobre jovens no Brasil.



Fonte: Dotto (2011).

Portanto, não existe conformidade no sentido de estabelecer uma idade fixa e esta categoria em análise, nem podemos defini-los apenas por alguns aspectos ou características, pois representam um grupo muito heterogêneo e que pode variar conforme o momento histórico e social ao qual estão inseridos.

Entretanto, o recorte etário aderido nesta pesquisa foi de 13 a 29 anos, tendo por base os estudos já realizados sobre o tema, não ultrapassando os limites de idades verificados na literatura. O nosso universo de pesquisa não é algo estagnado ou fixo, sofre variações de definições. Assim, como exposto anteriormente, quando se trata de jovem rural em um contexto contemporâneo a situação fica mais variável e flexível.

É neste contexto de instabilidade e mudanças socioeconômicas, que Carneiro (1998, p. 01) destaca que os jovens rurais, “invisíveis para a maioria das pesquisas acadêmicas e projetos de desenvolvimento voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais”.

Sendo a “migração e a invisibilidade” aspectos muito recorrentes nas pesquisas que tratam da juventude rural, vale analisarmos quais são as representações destes jovens em relação ao meio urbano e rural, bem como os fatores que contribuem para tal invisibilidade. Biasus e Branco (2013) a partir de um estudo sobre as representações sociais do meio urbano e rural por jovens residentes no meio rural, puderam perceber a necessidade de políticas de valorização do campo, aumento da possibilidade de trabalho, dentre outras intervenções que possibilitassem a permanência do jovem no meio rural. Afinal, este jovem já não percebe o campo como possibilidade de vida e reprodução da atividade produtiva.

Zago (2016) destaca que muitos jovens saem do campo em busca de escolarização, pela precariedade desta no meio rural. Na maioria dos casos, não conseguem continuar seus estudos, seja pela falta de oferta ou pelas condições precárias de boa parte dos estabelecimentos, por vezes tornando-se mão de obra

barata na cidade. O campo brasileiro sofre com diversos tipos de carências, principalmente o baixo investimento na área da educação, aumentando cada vez mais as desigualdades entre campo e cidade e o desejo de abandonar o meio rural.

Weisheimer (2005) faz um balanço do debate acadêmico brasileiro sobre a juventude rural entre os anos 1990 e 2004, destacando que dois pontos específicos chamam a atenção dos pesquisadores: a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social desta classe. Segundo Drebes e Wizniewski (2015) os estudos e a produção científica nesta área ainda não são muito expressivos, tratando-se de um campo de investigação recente e incipiente. Estes autores destacam, ainda, que possíveis articulações entre juventude e Agroecologia têm se mostrado comuns em espaços informais, que consideram o jovem como parte relevante do processo de transição agroecológica e de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o jovem passa a ser protagonista do processo de mudança e desenvolvimento, fortalecendo suas relações com meio onde está inserido.

Mas, o que mais chama atenção no referido trabalho é a contribuição da Agroecologia como ferramenta que possibilita a permanência dos jovens no campo. Desta forma, destacam:

[...] essa formação agroecológica poderá influenciar na ampliação das possibilidades de permanência dos jovens, garantindo a reprodução social das propriedades de suas famílias através da concretização do processo sucessório. [...] a potencialidade da Agroecologia em garantir a perpetuação das propriedades rurais em curto e longo prazo. [...] agroecologicamente formados, os jovens rurais protagonizarão o processo de transição agroecológica, iniciando pela diversificação produtiva das propriedades rurais (DREBES e WIZNIEWSKY, 2015, p. 31).

Abramovay et al. (1998) salientam alguns pontos importantes com relação a propostas de permanência dos jovens no campo, visto que os padrões sucessórios atuais representam ameaça para o desenvolvimento da agricultura familiar. Neste sentido, ponderam que a Reforma Agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) incorporem em suas

discussões as dimensões de gênero e geração e que as organizações ligadas aos agricultores introduzam nas suas agendas questões da sucessão familiar. Destacam ainda que sejam valorizadas as atividades rurais não-agrícolas, que pais e filhos tenham uma relação mais estreita e horizontal com diálogos frequentes sobre o processo de sucessão dos lotes. É crucial que seja oferecido a estes jovens programas de capacitação e linhas de crédito que fortaleçam a base material para sua consolidação enquanto futuros agricultores.

Assim, estes são alguns dos aspectos que devem ser pensados com relação à juventude rural, para que, enquanto sujeitos de direitos, possam ter maiores possibilidades em relação a escolha de seu futuro profissional e não estejam condicionados a abandonar o campo devido à situação que se encontram.

Logo, partindo do levantamento bibliográfico realizado sobre os trabalhos com foco na juventude rural, notaram-se pontos em comum quando se trata do êxodo destas populações para os centros urbanos. Constatou-se que atualmente o êxodo das populações jovens do campo atinge esta categoria com maior ênfase do que antes. Além de que, são as moças que migram em maiores proporções se comparado com os rapazes (ABRAMOVAY et al., 1998; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999), levando a desafios sucessórios na agricultura familiar, impossibilitando muitas vezes a sua reprodução. Desta forma, o campo passa a ser atingido por um processo de envelhecimento e masculinização da população que ainda permanece.

Desse modo, a população do campo converte-se cada vez mais em homens, ou como dizem alguns autores, se torna masculinizada. Devido ao êxodo mais frequente da faixa etária jovem, o envelhecimento da população que permanece é algo perceptível. A partir das análises de pesquisas que tratam da juventude rural, constata-se que a saída que o jovem tem buscado é ampliar a escolarização na tentativa de uma suposta qualificação para o trabalho, ao passo que a partir da realidade concreta constata-se que não há trabalho suficiente para todo este contingente (HARTWING, 2012). Neste sentido, o autor destaca:

O movimento de migração campo-cidade implica no deslocamento de famílias de agricultores e principalmente os jovens para os centros urbanos, atualmente. No entanto, tais trabalhadores não são absorvidos pelo mundo do trabalho na mesma proporção em que são expulsos do campo (HARTWING, 2012, p. 03).

É a partir desta realidade que as questões de desemprego e favelização das cidades tornam-se algo recorrente. Esse processo de concentração das pessoas nas zonas urbanas traz inúmeros problemas devido à falta de infraestrutura para comportar grande contingente.

3. A AGROECOLOGIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A partir do momento que os problemas oriundos da modernização conservadora da agricultura passam a ser vivenciados, emerge a necessidade de modelos alternativos que sejam menos predatórios do que os proporcionados pela agricultura convencional. Isto posto, Caporal (2009) enfatiza que o modelo representado pelos monocultivos, baseados em tecnologias da Revolução Verde, resultaram numa crise socioambiental, em que toda a sociedade fora afetada. Há pouco, as discussões acerca do desenvolvimento sustentável ganharam incentivo em resposta ao decréscimo da qualidade de vida rural e a degradação dos recursos naturais vinculados à agricultura moderna (ALTIERI, 2004). A partir deste contexto, e como alternativa para a transição para modelos agrícolas mais sustentáveis, a Agroecologia busca “orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados” (CAPORAL, 2009).

Neste cenário de mudanças paradigmáticas, de um modelo hegemônico dominante para àquele que se coloca como integrador e mais abrangente, Gliessman (2008) enfatiza a agroecologia como sendo um espaço de conhecimento que relaciona várias disciplinas que devem contribuir para o desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis. O referido autor salienta

ainda que ao se defender uma agricultura sustentável e produtiva, não se deve simplesmente abandonar todas as práticas convencionais e passar a utilizar apenas os conhecimentos tradicionais. O que se busca nesta abordagem é a integração de conhecimentos, ou seja, exploração de conhecimentos ecológicos modernos, ao mesmo tempo que conhecimentos empíricos dos agricultores são valorizados. Ainda segundo Gliessman (2008, p. 54), a agroecologia pode ser definida como sendo “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”.

Oliveira e Schneider (2009) realizaram estudo visando analisar se a Agroecologia tem gerado impactos sobre a presença e ocupações dos jovens no campo e as possibilidades de sucessão hereditárias dessas unidades familiares. Desse modo, puderam observar que

Isto parece indicar que a inserção na agroecologia, e a diversificação de atividades dela decorrentes, têm gerado um retorno à centralidade do trabalho no que se refere à quantidade requerida, o que cria novas condições para a manutenção de mais pessoas vivendo e trabalhando nas propriedades, inclusive de jovens (novos empregos produtivos no meio rural) e, assim, novas oportunidades em termos de reprodução social (OLIVEIRA e SCHNEIDER, 2009, p. 21).

Portanto, nas diferenças encontradas, observaram que as famílias ecologistas possuíam mais pessoas trabalhando e residindo nas unidades produtivas e que, em relação aos jovens (moças e rapazes) que ainda vivem e trabalham no lote, o número é superior no grupo dos produtores ecologistas. Desta forma, puderam indicar que as famílias ecologistas têm tido melhores condições de empregar o trabalho de todos os membros da família, em especial dos jovens, criando meios para mantê-los nas unidades produtivas.

O movimento da Educação do Campo tem se evidenciado em nossa sociedade devido a um conjunto de lutas e práticas educativas em defesa de um novo paradigma de educação, de escola, de campo e de sociedade (MOLINA et al., 2010). Assim como no planejamento de implantação de novos processos de

formação humana, tendo como base os processos produtivos e as diversas formas de trabalho e especificidades dos povos do campo (CALDART, 2008). Além disso, o movimento de Educação do Campo vem buscando desenvolver práticas educativas inovadoras que colaborem para o enfretamento e ruptura dos modelos de ciência e produção de conhecimento que serviram de base para organizar o modo de produção capitalista na agricultura (CALDART, 2008; VENDRAMINI, 2010; MOLINA, 2010).

Assim, partindo de alguns dos princípios da Agroecologia, vistos anteriormente, vale ressaltar a sua relação com a Educação do Campo. Ambas partem da concepção da valorização do conhecimento dos povos do campo, sendo que este deve ser fundamento para uma ação transformadora e emancipadora destes sujeitos. A concepção de Educação do Campo considera os conhecimentos da realidade dos camponeses e destaca o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, por fim, como lugar da criação de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2008). A Educação do Campo nasce no bojo dos movimentos sociais que lutam por direitos que historicamente foram negados a certo segmento da sociedade, sendo assim, “possui uma ligação “uterina” com os movimentos sociais de luta pela terra” (ROSSI, 2015, p. 173). Nesse mesmo sentido, Munarim (2011) destaca que os primeiros e principais protagonistas do Movimento Nacional por uma Educação do Campo, são os movimentos e organizações sociais do campo.

Tanto a Agroecologia quanto a Educação do Campo apresentam campos de disputas semelhantes. Na concepção de Rossi (2015) não são fantasias utópicas, são dimensões teóricas e práticas imprescindíveis à transformação societária da ordem vigente. As duas lutam para que os povos do campo sejam sujeitos de direitos, tenham mais autonomia quanto às diversas decisões, sejam atores principais deste processo de mudança. A luta dos povos do campo é contra a

forma de educação que foi prescrita e imposta aos mesmos durante anos, ou seja, a educação dita rural.

Toda esta luta de afirmação por direitos educacionais aos povos do campo ainda é muito incipiente, visto as grandes desigualdades que ainda marcam a população rural. Quando analisamos o nível educacional e o acesso à educação por parte desta população residente no campo, nota-se o abandono histórico por políticas educacionais específicas. Assim, Bof et al. (2006, p. 16) destacam que “os dados mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (3,4 anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana, ficando evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa desigualdade”. Carvalho et al. (2009), ao abordar as perspectivas dos jovens rurais das escolas do campo, destacam que os próprios alunos manifestaram considerar que os assuntos vistos na escola são pensados para as necessidades urbanas, o que acaba desestimulando-os a frequentarem a escola, além de não contribuir para a realização de suas atividades no campo.

Considerando as disparidades no nível educacional entre os povos do campo e da cidade, Ferrari et al. (2004) a partir da análise de outras pesquisas relativas a expectativa e aspirações dos jovens agricultores residentes no campo, perceberam que a educação é um dos determinantes que influencia a escolha da profissão. Assim, no estudo realizado por estes autores, verificou-se que os jovens com idades entre 25 e 30 anos revelam o desejo de permanecer no campo, sendo que jovens nesta faixa etária cursaram apenas até a quarta série do ensino fundamental. Nos seus resultados perceberam uma forte associação entre a sucessão hereditária e o nível educacional.

Com pouca escolarização, os jovens já não enxergam um horizonte promissor fora do campo, sendo os principais candidatos à sucessão (FERRARI et al., 2004). Vale destacar que estes jovens receberam uma formação que

considerava o campo como atrasado, sem perspectiva de reprodução social, enaltecendo o urbano em detrimento ao rural. Ainda segundo os autores, os jovens da geração mais atual manifestaram desejo maior em abandonar o campo, seja pela escolarização um pouco mais elevada, proporcionando novas oportunidades, inclusive de empregos urbanos.

A Educação direcionada ao público rural é um dos pilares que intervém na permanência dos jovens no campo (DE BASTIANI e STRASSER, 2012). Assim, colocam que se a Educação do Campo considerar as especificidades do público que atende, estará aliada a permanência destes no campo, podendo contribuir para o fortalecimento da identidade enquanto agricultor. Com uma Educação do Campo de qualidade e atendendo a seus princípios básicos, tornaremos o campo mais atrativo para estes jovens, dando continuidade à agricultura familiar.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O ambiente empírico desta pesquisa é município de Rio Bonito do Iguaçu-PR, mais especificamente os assentamentos rurais Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos. As unidades de análise são as famílias de agricultores assentados divididos em duas categorias – os produtores de base ecológica (agroecológicos ou em transição) e agricultores com produção convencional. O universo do estudo foi composto essencialmente por jovens rurais, filhos de agricultores assentados da Reforma Agrária. O fragmento da pesquisa foi dividido em duas partes, um grupo constituído de jovens e suas respectivas famílias, onde ocorreu a análise do processo produtivo, e outro grupo de jovens rurais estudantes da escola do campo, que foram investigados a partir da análise da Educação do Campo. Foram pesquisados apenas jovens que ainda residiam no meio rural. O recorte etário aderido foi de 13 a 29 anos, tendo por base os estudos já

realizados sobre o tema, não ultrapassando os limites de idades verificados na literatura. Ao todo foram aplicados 58 questionários com jovens e realizadas 32 entrevistas com pais destes jovens.

A organização dos dados coletados foi realizada por meio de tabulações com o auxílio da ferramenta Excel na elaboração de tabelas e gráficos. Os dados foram submetidos à análise estatística descritiva simples (média e percentagem).

Todos os participantes envolvidos foram esclarecidos sobre os procedimentos relativos à pesquisa, além de convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a utilização das informações para a pesquisa e publicação, sempre preservando o anonimato dos mesmos. Os procedimentos adotados no presente estudo estão de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), aprovado sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 66152217.3.0000.5564.

5. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O município de Rio Bonito do Iguaçu está localizado no Estado do Paraná, região Centro-Sul Paranaense. Faz divisa com os seguintes municípios: Laranjeiras do Sul, Porto Barreiro, Saudade do Iguaçu, Sulina, Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras (IPARDES, 2018). Teve sua emancipação político-administrativa ocorrida no dia 19 de março de 1992. O município foi criado através da Lei Estadual nº 9916, de 20 de março de 1992, sendo desmembrado do município de Laranjeiras do Sul.

Rio Bonito do Iguaçu conta com uma população atual estimada em 13.661 habitantes, dos quais 24,32% são urbanos e 75,68% rurais (IPARDES, 2016). Vale destacar que o município em seu processo de gênese apresenta um contexto

político e social bem significativo. Conta com dois grandes assentamentos, o Marcos Freire e o Ireno Alves dos Santos, construídos a partir do maior acampamento de trabalhadores Rurais da América Latina, após a ocupação da maior propriedade rural da região Sul do País nos anos 90. Assim, torna-se a cidade paranaense com maior número de assentados pela reforma agrária (CERICATO, 2008). Verifica-se que do ano 2000 até o ano de 2010 a população rural sofreu decréscimo, enquanto no mesmo período a população urbana aumentou (Tabela 1).

Tabela 1– Distribuição da população rural e urbana nos anos de 2000 e 2010 no município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná

Município	População rural		População urbana	
	2000	2010	2000	2010
Rio Bonito do Iguaçu	11.913	10.339	1.878	3.322
	(86%)	(76%)	(14%)	(24%)

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2018

6. A JUVENTUDE E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

No presente estudo observou-se a predominância de jovens do sexo feminino que ainda permanecem no campo, mesmo que entre elas o desejo de sair seja um pouco maior do que entre os jovens do sexo masculino. Observou-se que a maioria dos jovens pesquisados pretende permanecer vivendo nos lotes com suas famílias (Tabela 2). Muitos manifestaram compromisso com a família, afirmando que não pretendem abandonar os pais, em especial os que já estão com certa idade, deixando-os sozinhos no campo com todos os afazeres diários.

Tabela 2–Distribuição quanto ao gênero dos jovens pesquisados em sistemas agroecológico e convencional de produção e a intenção destes em permanecer no campo.

Sistema de Produção	Gênero Jovens		Intenção em permanecer no campo			
	Feminino	Masculino	Feminino		Masculino	
			Sim	Não	Sim	Não
			%			
		(Nº de indivíduos)				
Agroecológico	70,58 (12)	29,41 (05)	47,06 (08)	23,53 (04)	17,65 (03)	11,76 (02)
Convencional	61,11 (11)	38,88 (07)	38,89 (07)	22,22 (04)	27,78 (05)	11,11 (02)
Total	23	12	15	08	08	04

Fonte: Organização dos autores, 2018

Ao aprofundarmos a observação dos dados da pesquisa em relação aos motivos que levam a saída dos jovens do campo, percebemos que estão ligados principalmente a busca por escolarização e trabalho, elementos estes que fazem parte da reprodução social destes indivíduos. Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) ao analisarem jovens que vivem em áreas de assentamentos, verificaram que 74% deles afirmaram que os motivos da saída do campo estão ligados à procura de trabalho. Segundo eles, “o trabalho desempenhado nas unidades produtivas não é considerado trabalho produtivo, mas sim uma atividade ligada à sobrevivência, sendo o trabalho aquele que tem como fruto o salário” (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p. 141).

Desse modo, observou-se que um fator que influencia fortemente a permanência dos jovens no campo tem relação com a renda obtida pelos mesmos. Assim, caso os jovens recebessem uma renda fixa proveniente das suas atividades realizadas no lote, possuiriam mais condições de permanecer no campo. Outro fator

que contribuiria com a permanência destes sujeitos no campo tem relação com a autonomia quanto à escolha de novas atividades agrícolas a serem desenvolvidas nos lotes, pois normalmente os pais não consideram a opinião dos filhos jovens, dificultando seu posicionamento quanto as questões produtivas do lote. Nesta mesma perspectiva, Moura e Ferrari (2016) também levantaram que a independência financeira dos jovens e a autonomia nos trabalhos no lote são aspectos de atração do campo para a juventude.

Dentre os aspectos atrativos do campo para a juventude, identificamos os seguintes: autonomia nos trabalhos no lote; independência financeira; qualidade de vida e acesso à terra. Dentre os fatores de repulsão do campo para a juventude, que foram similares aos da pesquisa de Moura e Ferrari (2016), destacamos: educação descontextualizada e ausência de escolas no/do campo; necessidade da autonomia na gestão do trabalho nos lotes ; ausência de políticas públicas adaptadas à realidade da juventude; tamanho insuficiente dos lotes para gerar trabalho e renda para todos os membros da família; ausência de renda monetária própria; rotina intensa de trabalho; a falta de acesso à terra; discriminação sofrida por ter uma identidade rural; a invisibilização do trabalho feminino; ausência de tecnologia da comunicação e do lazer no campo e, por fim, a falta de diálogo entre pais e filhos.

De fato, foram verificados diversos entraves para a permanência dos jovens no campo. No entanto, também foi possível constatar que estes jovens apresentam anseios de permanência, que se encontram vinculados a aspirações por melhores oportunidades de vida. Nesse sentido, os jovens pesquisados deixaram transparecer um grande apreço pelo espaço dos seus lotes, destacaram ser um lugar tranquilo, sossegado, onde podem estar perto dos seus entes queridos.

Nesta mesma perspectiva, Oliveira, Rabelo e Feliciano (2014) ao analisarem a juventude assentada do Estado de São Paulo, verificaram que 83% dos jovens pesquisados tinham preferência pela cidade. No entanto, em paralelo a esta informação, 69,5% dos jovens declararam:

[...] que gostam de viver no Assentamento, os motivos apontam para as características do meio rural, como: a qualidade de vida, o sossego, a paz, a tranquilidade, as amizades, a união e o trabalho de cultivar a terra, ou seja, os jovens vêm na vida no Assentamento elementos positivos que contribuem para a qualidade de vida (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p. 140).

Apesar destes elementos positivos levantados por estes jovens, Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 141) destacam que “embora haja prazer pelo meio rural, encontramos a atração pelo meio urbano produzido pela diversidade de opções para lazer, emprego, estudo, o desejo de estar “inserido” socialmente na sociedade e não estar em estado de “isolamento” dela”.

Assim como em outras pesquisas com jovens assentados, pode-se perceber que eles apresentam as características positivas associadas à vida no assentamento, contrapondo a dinâmica de vida nas cidades. Mas ao aprofundarmos os motivos que os levam a migrarem, destacam que estão diretamente relacionados à procura de emprego e escolarização.

A partir destes dois elementos levantados, é necessário criar um conjunto de medidas que contribuam com a vida e a reprodução social destes jovens, criando condições iguais ou até melhores dos que vivem na cidade. Estas medidas estão relacionadas com o que Stédile (2010) propõe:

Não basta apenas criar oportunidades de educação. Nós temos que garantir renda para esses jovens. As agroindústrias que geram empregos mais qualificados, que exigem maior conhecimento. É onde a juventude do campo se sente mais motivada. Lá haverá espaço para bioquímicos, veterinários, médicos, administradores e cooperativistas. A nossa luta é justamente essa: educação e agroindústria para gerar renda para a juventude. Assim, ela pode permanecer no campo, tendo as mesmas condições ou até melhores do que se migrasse para as periferias das cidades, onde ela só vai encontrar violência, pobreza e discriminação (STÉDILE, 2010).

Além destas medidas propostas por Stédile (2010), também serão necessárias ações em diferentes áreas como: saúde, cultura, lazer, esporte, etc. Outro problema que afeta a permanência dos jovens no campo é a ausência de políticas públicas efetivas e de Reforma Agrária (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014). Por isso, os desafios são muito maiores do que imaginamos, uma vez que

a luta por políticas públicas específicas é algo moroso, que passa por numerosos enfrentamentos.

Como mencionado, o acesso à terra é um dos desafios enfrentados pelos jovens, que contribui para a saída dos mesmos do campo. Outro desafio relacionado à permanência dos jovens no campo diz respeito “a falta de voz em relação à tomada de decisões e participação nos lotes da família, que tem se mostrado como um elemento intrínseco a decisão de abandonar o campo” (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p. 148). Desse modo, estes autores destacam que tais relações patriarcais podem influenciar nas decisões de permanência do jovem no campo.

7. A JUVENTUDE DA ESCOLA DO CAMPO

Na pesquisa com os jovens da escola do campo foi verificado que dos 23 jovens pesquisados, 10 (43,48%) desejam permanecer nos lotes com suas famílias e os 13 (56,52%) restantes desejam sair do campo. Observou-se que entre o grupo de jovens que deseja ficar no campo a média das idades corresponde a 19 anos, enquanto que no grupo dos jovens que desejam sair do campo a média de idade fica em torno de 16,3 anos. Resultado semelhante foi encontrado por Dotto (2011), o qual observou que os jovens que ficaram no campo apresentaram faixa etária de 25 a 33 anos (idade média 24,5 anos), enquanto que os jovens que saíram do campo estavam na faixa etária de 18 a 25 anos (idade média 22,5 anos).

Desse modo, verifica-se que a educação que o jovem recebe na escola do campo tem influência na sua decisão em deixar ou permanecer no campo. Visto que, segundo eles, irá contribuir para prosseguir nos estudos (fora do campo), ou conseguir um emprego fora da agricultura. Essa influência é no sentido de deixar o campo, pois apenas um jovem respondeu que este conhecimento adquirido na escola vai contribuir para ele ser agricultor.

Em contrapartida, Whintaker e Souza (2006) destacam dois pontos importantes quando tratam dos avanços dos estudos sociológicos na área da educação:

- a escola não tem o poder de segurar populações; homens e mulheres, jovens ou não, que saem do campo, são tangidos por forças históricas alienantes que os empurram muitas vezes de forma inexorável;

- de um ponto de vista da Educação como força conscientizadora e libertadora, não se pode e nem se deve pensar em “fixar” ninguém a espaço algum, através da escola, seja esse espaço pensado como campo ou como cidade (WHINTAKER e SOUZA, 2006, p. 114).

Ainda, esclarecem que a educação enquanto prática libertadora deve proporcionar aos sujeitos a capacidade de fazer suas próprias escolhas, cabendo a escola “ensinar os conteúdos da norma culta da língua e dar aos estudantes da zona rural – assentados ou não – os dados científicos ligados ao arbitrário cultural dominante” (WHINTAKER e SOUZA, 2006, p. 114).

Neste mesmo sentido, Sikora (2013) ao tratar da função da escola frente ao processo de êxodo rural, salienta que a Educação do Campo pode ser considerada diferente da educação da cidade por diversos aspectos, no entanto:

“[...] entende-se que a educação possui um papel fundamental no processo de formação do indivíduo. Nesse sentido, ela necessita apresentar um caráter emancipatório que proporcione o conhecimento para as pessoas terem a liberdade de escolher o que deve ser bom para elas sem que ninguém dite os passos de como seguir” (SIKORA, 2013, p. 49).

Conforme se pode observar, as fronteiras entre o rural e o urbano sofrem contraposições, ou seja, apesar de os limites entre o rural e urbano tornarem-se cada vez mais tênues ainda possuem uma grande diferenciação quanto às vivências nestes ambientes, principalmente partindo da concepção dos jovens analisados. Desse modo, corroboramos com o que Whintaker e Souza (2006, p. 123) destacaram, de que “só temos que compreender suas aspirações e necessidades, para criar políticas públicas adequadas às suas opções – principalmente no que se refere à escolaridade”.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando verificar se a Agroecologia e a Educação do Campo podem representar instrumentos que favorecem a permanência do jovem no campo, na realidade do município de Rio Bonito do Iguaçu, foram investigados produtores em sistema de produção Agroecológico e Convencional, para posteriores comparações entre ambos no sentido de averiguar se há influência do sistema produtivo nas decisões dos jovens de permanecer ou não no campo. Adicionalmente, foi realizado estudo com os jovens da escola do campo do assentamento Ireno Alves do Santos, para identificar se os princípios da Educação do Campo estão sendo incorporados nas realidades escolares, bem como verificar qual a influência da Educação do Campo nas decisões dos jovens de permanecer ou não no campo.

Diante dos aspectos analisados e dos diversos desafios enfrentados pela juventude do campo, acredita-se que a permanência ou não dos jovens no meio rural é uma condição que está ligada a fatores de ordem econômica, social e cultural. Foram identificados na pesquisa fatores de expulsão e atração do campo para a juventude assentada do município de Rio Bonito do Iguaçu. Entre os jovens pesquisados, verificou-se que gostam de viver no campo pela vida tranquila e calma, proximidade com os familiares, menor violência se comparado com a cidade. Mas também gostam da cidade, principalmente pelas maiores oportunidades de escolarização, emprego, saúde e lazer. Neste caso, os assentamentos pesquisados e a sede do município são realidades geograficamente próximas, permitindo que os jovens tenham grande mobilidade entre esses ambientes.

Na identificação dos grupos, notou-se que os jovens que desejam sair do campo encontram-se com idade média de 16,20 anos, enquanto que os que pretendem permanecer situam-se na média de 19,76 anos de idade. Assim, tais resultados corroboram com estudos que afirmam serem as ondas migratórias formadas por um público cada vez mais jovem.

Entre as carências verificadas na vida desses jovens, tanto entre os que desejam permanecer quanto naqueles que querem sair do campo, encontra-se a falta de oportunidades. Deste modo, é evidenciada a necessidade de inclusão destes jovens nas dinâmicas de trabalho dos lotes, nas tomadas de decisões sobre a produção e organização financeira. A invisibilidade do jovem dentro dos lotes pode proporcionar o seu desinteresse pelas atividades do campo, desestimulando-o a permanecer.

Considerando os 58 jovens participantes desta pesquisa - abrangendo os 35 jovens analisados sob a ótica do sistema produtivo e os 23 jovens da escola do campo, 24 jovens desejam sair do campo (41,37%) e 34 ainda pretendem continuar vivendo com suas famílias nos lotes (58,63%). Partindo desta análise, vale destacar que uma grande quantidade de jovens vê no campo uma possibilidade de dar continuidade aos seus projetos profissionais futuros. Dos jovens que pretendem permanecer vivendo no campo, 29,41% foram jovens pesquisados na escola do campo, 32,35% jovens em sistema de produção Agroecológica e 38,25% jovens em sistema de produção Convencional. Ainda, dos jovens que pretendem permanecer, 55,88% são moças. Observando o perfil dos jovens que desejam permanecer no campo, verificou-se nas suas falas que dentre os principais motivos que os levam a permanecer estão: "a vida mais tranquila e calma do campo; pela oportunidade de produzir o próprio alimento; a maior liberdade que usufruem no campo; índice de violência menor que da cidade; consideram que no campo são patrões e não empregados como na cidade; no campo o custo de vida é menor do que na cidade; a propriedade da terra; auxiliar os pais na lida do campo; vida mais saudável; no campo as pessoas são mais companheiras, na cidade é cada um por si", estes aspectos foram considerados como os fatores de atração do campo para a juventude pesquisada.

Dos 34 jovens que desejam permanecer vivendo no campo, 88,23% pretendem continuar os estudos em algum momento de suas vidas. No entanto, deixaram evidente que voltarão para seus lotes depois de concluído seus estudos.

Analisando o perfil dos jovens que desejam sair do campo, constatou-se em suas falas os principais motivos pelos quais desejam sair do campo, destacando-se:

“maiores oportunidades de escolarização fora do campo; o produtor rural carece de muitos recursos; os jovens não tem oportunidades de trabalho no campo; falta de recursos: tecnologias, cultura, lazer, infraestrutura; não ter uma renda própria para suprir suas necessidades; consideram que os jovens são pessoas invisibilizadas no campo; condições precárias das estradas e do sistema de saúde municipal; tamanho insuficiente dos lotes para manter mais de uma família; a cidade tem muito mais recursos que o campo; na cidade a vida é mais sossegada, há salário fixo e férias; reclamação de que a cidade de Rio Bonito do Iguaçu não se desenvolve; na cidade é mais fácil de conseguir emprego”, estes aspectos podem ser considerados como de expulsão do campo para a juventude.

Dos 24 jovens que desejam sair do campo, 54,16% são jovens pesquisados na escola do campo, 25% são jovens em sistemas de produção Agroecológica e 20,83% dos jovens em sistemas de produção Convencional.

Desse modo, a partir da análise dos produtores em sistema de produção Agroecológico e Convencional do município de Rio Bonito do Iguaçu, não foi verificada influência expressiva do sistema produtivo adotado nos lotes nas decisões dos jovens em deixar ou não o campo. No presente estudo, não foi possível a confirmação da hipótese inicial, de que a produção Agroecológica é uma ferramenta importante na contenção do êxodo dos jovens para as cidades, possibilitando novas estratégias de permanência no campo e maiores rendimentos aos agricultores, em vista de todas as dificuldades encontradas por estes produtores.

Assim, percebe-se que a Agroecologia nos moldes que se encontra hoje no município de Rio Bonito do Iguaçu não está contribuindo para a permanência dos jovens no campo. Pelo contrário, devido às poucas políticas públicas destinadas a esta atividade, falta de apoio técnico aos agricultores, desvalorização dos produtos agroecológicos, bem como dificuldades de comercialização, os agricultores e seus filhos jovens se mostram desmotivados. Além disso, os agricultores Agroecológicos ou em transição pesquisados não demonstraram consciência ambiental que tenha relação com os princípios da Agroecologia.

O mesmo se pode dizer da Educação do Campo, visto que ainda precisa avançar muito para que seus princípios que estão normatizados sejam efetivamente implantados nas realidades das escolas do campo de todo o Brasil. Nessa perspectiva, destaca-se o grande distanciamento entre as práticas vivenciadas nas escolas e o prescrito nas normativas legais, visto que um dos maiores desafios encontrados está na mudança de paradigmas político, cultural e educacional, em seu processo de implantação efetiva. Além disso, pode-se perceber que os princípios da Educação do Campo estão presentes apenas formalmente, pelas normativas e legislação correlata, mas, em geral, não se aplicam na materialidade.

Além do mais, considerando que 54,16% dos jovens pesquisados na escola do campo desejam abandonar o campo e prosseguirem com suas vidas profissionais em outros locais, verifica-se que a educação que este jovem recebeu não está contribuindo para a permanência no campo, ou, pelo menos, não influenciou para que estes jovens criassem uma valorização positiva que contribuísse na identificação enquanto jovens agricultores.

No presente estudo foi verificado que, apesar de as proporções entre rapazes e moças não serem semelhantes, há a predominância das jovens moças entre aquelas que desejam sair do campo. Também foi analisada por grupo produtivo a intenção dos jovens em permanecer ou sair do campo. Nesse sentido, ficou claro que os jovens em sistema de produção agroecológica pretendem sair do campo em maior proporção que os jovens em sistema de produção convencional. Já com relação ao desejo de permanecer no campo, entre os jovens em sistema de produção convencional este desejo foi maior do que no outro grupo.

Ainda no que tange as questões de gênero, pode-se perceber que as moças se encontram ainda mais invisibilizadas que os jovens rapazes. Elas estão distanciadas dos trabalhos do campo, ou seja, para elas e suas mães restam-lhes os afazeres domésticos, enquanto que para os rapazes e seus pais as atividades de produção lhes são exclusivas. Além do que, ficou evidente o distanciamento das jovens moças com

as atividades produtivas dos lotes. Em muitos casos as jovens não sabiam o que era produzido, como era comercializado, dentre outros aspectos.

Cabe mencionar algumas limitações enfrentadas no presente estudo, tais como o fato de os produtores Agroecológicosⁱⁱⁱ pesquisados estarem em número reduzido no município, bem como em processo inicial de mudanças de paradigma produtivo, e o desejável seria que já fossem detentores de maior experiência na produção Agroecológica. Ainda assim, ressalta-se que os dados aqui obtidos são de grande valia, tendo em vista até o presente não haver relato de nenhum outro estudo realizado enfocando esta temática e os jovens da região.

Por fim, é importante destacar que os dados obtidos podem não ser aplicáveis para outras regiões do país, visto as peculiaridades desta região, principalmente por ser marcada por disputas agrárias. Adicionalmente, é notório que a Agroecologia e a Educação do Campo estão em processo de construção, são caminhos que ainda estão sendo trilhados e que ainda pode levar bastante tempo até serem efetivados integralmente, representando então possíveis instrumentos na luta dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 112 p.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 123 – 151. Agos. 2006.

BIASUS, F.; BRANCO, S. Representação social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. *PERSPECTIVA*, Erechim. v.37, n.140, p. 27-37, dezembro/2013.

BOF, A. M. (Orgs) et al. **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 236 p.

BRASIL. Lei no 12.852/2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). Por uma educação do campo: campo-políticas públicas-educação. 1. ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008. v.7, p. 67-86.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo:** traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** Panorama dos últimos 50 anos. Desafios do Desenvolvimento, IPEA, Texto paradiscussão n. 621, 1999. Disponível em:<http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf> Acesso em: 11 junho 2017.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009. 30 p.

CARNEIRO, M. J. **O Ideal Rurbano:** campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; Costa, L. F. C. (Org.). Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: < http://teses.ufrj.br/ppgas_D/ElisaGuaranaDeCastro.pdf> Acesso em: 08 de agosto 2017.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B. & CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora?** Juventude Rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, E. G. de. **Juventude rural no Brasil:** processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud [on-line], v. 7, n. 1, p. 179-208, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131106010832/art.ElisaGuarana.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2017.

CERICATO, K. A. S. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST:** contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak. Dissertação de Mestrado. UEL, Londrina, 2008.

DE BASTIANI, T. M.; STRASSER, R. B. **PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO: PARA QUE?** UFSM Santa Maria, 2012. Disponível:

<<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2008/T%C3%A2nia%20Mara%20De%20Bastiani.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144 p.

DOTTO, F. Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul. 133 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2011.

DREBES, L. M.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia e juventude: um possível campo de investigação científica em ascensão. **Monografias Ambientais**, v. 14, n. 1, p. 26-36, 2015.

FERRARI, D. L. et al. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais:** ficar ou partir? Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, ano 12, v. 02, p. 237-271, out. 2004.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. **A juventude rural no desenvolvimento territorial:** Análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. Estudo & Debate, Lajeado, Univates, v. 13, n. 1, pp. 69-82, 2006. Disponível em:<<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/526.pdf>> Acesso em: 08 de agosto 2017.

GIRARDI, E. P. **O rural e o urbano:** é possível uma tipologia. Presidente Prudente, 2008.

GLIESSMAN, S. R., Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4ªed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008.

HARTWIG, M. **Migração campo cidade:** trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas/RS. Anais. UFSC.

IPARDES. **CADERNO ESTATÍSTICO:** MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Setembro, 2016.

IPARDES. **CADERNO ESTATÍSTICO:** MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Dezembro, 2018.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. **Juventude rural no Brasil:** entre ficar e partir. Tempo da Ciência, Toledo, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LÉON, O. D. **Adolescência e juventude:** das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa: 2005.

LOPES, E. S. A. A **reforma agrária no Brasil**: um velho problema, esperando uma solução que nunca chega? Texto apresentado na Mesa Redonda "O Sentida da Reforma Agrária no Século XXI", durante o XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em João Pessoa-PB, 2002. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2724%3Aa-reforma-agrario-brasil-um-velho-problema-esperando-uma-solucao-que-nunca-chega&catid=58&Itemid=414. Acesso em: 03 Jul. 2017.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**. 1. ed. Brasília: Nead, 2010. v. 1, 211 p.

MOURA, N. F. de; FERRARI, Eugênio. **Juventudes e agroecologia**: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira. Rio de Janeiro: ANA; Viçosa: CTA-ZM, 2016.

MUNARIM, A. et al. (Orgs.). **Educação do Campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011. 192 p.

NUNES, C. C. P. As instituições dos mercados de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul – Paraná. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S. **O futuro das unidades familiares**: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê/RS. Rev. Bras. de Agroecologia, v.4, n.2, p.1293-1297, nov.2009. Disponível em: file:///D:/Arquivos_Cliente/Downloads/8214-33811-1-PB.pdf. Acesso em: 26 ago. 2017.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada** – vol. 15 n.1. Julho/2014.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. **O termo modernização conservadora**: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 40, n. 3, jul./set. 2009.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: **Eduem**, 2012. A modernização do campo e o êxodo rural. pp. 115-127, 2012.

ROSSI, R. Educação do campo e agroecologia: da perspectiva reformista à necessária práxis revolucionária. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 171-174, jan./jun. 2015.

SEVILLA GUZMÁN, E. **A perspectiva sociológica em Agroecologia:** uma sistematização de seus métodos e técnicas. Trabalho apresentado na Seção de Pesquisa em Agroecologia, do II Seminário Internacional sobre Agroecologia, realizado em Porto Alegre (RS) de 26 a 28/11/2001. Córdoba, novembro/2001. Traduzido por Francisco Roberto Caporal, em janeiro de 2002.

SIKORA, D. A educação e seus condicionantes frente ao êxodo rural. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 50 (especial), p. 61-80, maio, 2013.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIDON, C; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA, M. A. de. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

STEDILE, J. P. **A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura.** 2010. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/fr/fiches/dph/fiche-dph-8244.html>, acesso em: junho de 2018.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. Porto Alegre/RS: Sober, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

VENDRAMINI, C. R. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II.** 1. ed. Brasília: MDA/MEC, 2010. v. 1, p. 127-135.

WANDERLEY, M. N. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco:** que sonhos para o futuro? In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.) Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WEISHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WHITAKER, D. C. A.; SOUZA, M. F. de. A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, Uniara/Nupedor, n. 10, p. 113-125, 2006.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino **superior**. *Rev. Bras. Educ.*:v. 21 n.64, Jan/mar. Págs. 61-78, 2016.

ii A população rural brasileira vem sofrendo acentuadas transformações. Visto que grande parte dos jovens está deixando as áreas rurais em direção aos centros urbanos, com o êxodo desta população ativa os que permanecem são os mais idosos. Outro processo que está ocorrendo é a masculinização da população rural provocado pelo êxodo das jovens mulheres. Desse modo, a população que permanece no campo é mais idosa e mais masculina.

ii A agricultura de base familiar consiste em uma forma de organização social, onde as atividades desta propriedade são desenvolvidas por uma família, ou seja, a mão de obra utilizada é essencialmente familiar.

iii Dentre os agricultores em Sistemas de Produção Agroecológica, apenas um possuía certificação pela Rede Ecovida de Agroecologia. O restante ainda estava em processo de transição agroecológica. No entanto, este único agricultor certificado, em virtude da grande dificuldade de comercialização de seus produtos não iniciou novo processo para pedido de certificação. Desse modo, todos os agricultores estão em sistema de transição.